

Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia¹

An Urbanized Forest? Heritage and Continuities of a Theory about the Meaning of the City and of the Urban in the Amazonian Region

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júniorⁱ

Universidade Federal do Pará

Belém, Brasil

Resumo: A análise apresentada no presente artigo é inspirada nas reflexões teóricas elaboradas pela geógrafa brasileira Bertha Becker, notadamente em legado conceitual que associa diretamente a Amazônia a uma “fronteira econômica e tecnocológica” no contexto territorial brasileiro. Tendo em vista esse pressuposto, leva-se em conta a ideia de “fronteira urbana”, também proposta pela mesma autora, como um processo capaz de explicar, em grande medida, a atual dinâmica regional, assim como uma noção em potencial para compreender a Amazônia na sua diversidade e complexidade socioespacial.

Palavras-chave: Amazônia; Floresta Urbanizada; Urbanização; Fronteira Urbana; Bertha Becker.

Abstract: The discussion presented in this paper is inspired in theoretical reflections elaborated by the Brazilian geographer Bertha Becker, especially when theorizing Amazonian space in terms of the “economic and techno-ecological frontier” in Brazil. Based on this premise, the concept of “urban frontier” is shown to be quite useful for understanding regional dynamics in the Amazon today as well as socio-spatial diversity and complexity.

Keywords: Amazon; Urbanized Forest; Urbanization; Urban Frontier; Bertha Becker.

Introdução

De forma bastante recorrente, ao longo de suas obras, a geógrafa Bertha Becker falava da importância da cidade e do urbano para se compreender os novos conteúdos socioespaciais responsáveis por definir, em grande parte, a lógica territorial recente do espaço amazônico, chegando mesmo a se referir a essa região como sendo uma “floresta urbanizada” (BECKER, 1995). Mas, qual o sentido e a extensão dessa expressão?

A presente discussão busca retomar o entendimento dessa autora sobre a região, atentando para a noção de Amazônia proposta pela mesma, assim como para o papel

ⁱ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA). stclair@ufpa.br

que o fenômeno urbano assumiu no contexto de formação da fronteira econômica e tecnoecológica, conforme passou a denominar nas suas obras o extenso território amazônico.

Caracterizada por ser uma unidade regional não homogênea e por apresentar diversos processos de expansão, notadamente econômicos e sociais, mas com fortes implicações políticas e culturais, a Amazônia ficou conhecida como uma fronteira marcada por diferentes “fronts”, incluindo-se aquilo que Becker (1990b) identificou como uma fronteira urbana.

Essa é uma discussão que ganhou destaque dentre as suas proposições, tal a importância assumida pelas cidades e pelo fenômeno urbano na caracterização atual da região. É com base nesse pressuposto que buscaremos aqui compreender o sentido do urbano na fronteira de expansão do capital, conforme sugeriu Becker, assim como demonstrar o potencial desse legado teórico tendo em vista possíveis desdobramentos do empreendimento intelectual iniciado pela referida autora.

A Amazônia como Fronteira

Ainda que os números da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontem aproximadamente 70% da população da região Norte vivendo nas cidades e vilas, há necessidade de entender o processo de urbanização da região para além desses números, aqui identificados simplesmente como urbanização da população.

Essa necessidade parece se impor sob pena de reduzirmos a concepção de urbanização à sua natureza estritamente demográfica, populacional, portanto, e anular a riqueza das noções de urbanização como processo socioespacial. Alguns autores, preocupados em desmistificar aqueles números por considerá-los exagerados, argumentaram sobre a existência de uma urbanização estatisticamente descriteriosa, propondo, por um lado, não só um patamar populacional de 20.000 habitantes para diferenciar aglomerados urbanos e rurais na região, como também, por outro, estabelecendo a crítica à teoria da fronteira urbana, a exemplo do que fez Hurtienne (2001).

Diferentemente da noção de urbanização da população, a “floresta urbanizada” de que falava Becker não se apoia em simples dados estatísticos, ainda que não desprezasse o crescimento do número de cidades e da população urbana na região, mas sim na ideia de fronteira, noção bastante recorrente no domínio das ciências da sociedade.

Um dos entendimentos a respeito dessa teoria é exposto por Martins (1996) que, em uma perspectiva de natureza mais sociocultural, relaciona a noção de conflito social, identificando-a como um espaço por excelência da alteridade:

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si... Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e do desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (...). A fronteira só

deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagonista do nós. Quando a História passa a ser a nossa História, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 1996, p.27).

Ainda que a ideia de conflito também esteja presente em Becker (1990a), as reflexões dessa autora enfatizam a dimensão econômica e geopolítica que a fronteira assume, articulando a configuração social e territorial dos processos às diferentes formas de poder e de controle político do espaço por parte dos agentes que aí se encontram e se desencontram, com especial ênfase ao papel do Estado (BECKER, 1990a; BECKER, 2004).

Segundo a interpretação inicial, que marca sua produção científica nas décadas de 1970, 1980 e início da década de 1990, a Amazônia tornou-se uma verdadeira fronteira econômica de ação do capital e de controle do Estado no processo de estruturação do território. Nesse sentido compreende que:

fronteira ... não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas (...) É, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia (BECKER, 1990a, p.11).

Trata-se, assim, de um espaço em estruturação em direção ao qual se expandem e tendem a se consolidar as relações capitalistas de produção, alterando-se, sobremaneira, a organização socioespacial anterior. Traz também implícita a ideia de ocupação de novas terras e de uma nova direção do processo de colonização e de incorporação de espaços à economia de mercado. É por essa razão que passou a falar da existência de diversas frentes compondo a fronteira econômica: a madeireira, a agrícola, a industrial, a energética, a urbana, dentre outras. A Amazônia, assim considerada, era tida como região de novas possibilidades, seja por parte do capital, na exploração dos recursos, seja pelo Estado, na forma de controle político, seja por parte, ainda, da força de trabalho, que definia novas formas de apropriação territorial e de sobrevivência no interior do espaço em estruturação² (BECKER, 1990a).

Distingue-se, portanto, de um “espaço vazio”, por se tratar de um tipo de movimento pioneiro de ocupação de um território já ocupado; movimento marcado por avanços de processos de reprodução capitalista em nova fase, que passaram a se dar notadamente a partir da segunda metade do século XX, inicialmente de forma descontínua e em extensões reduzidas, sob diferentes formas de exploração capitalista (BECKER, 1990a).

Esse processo de reprodução capitalista, ainda para a mesma autora (BECKER, 1990a) efetivou-se por meio de estratégias diversas, destacadamente pela implantação de redes

de integração espacial (rede rodoviária, de telecomunicações, de cidades, de usinas hidrelétricas etc.), pela superposição de territórios federais sobre os estaduais (subtração de territórios estaduais que ficaram sob controle do governo federal) e por subsídios ao fluxo de capital e indução de fluxos migratórios (mecanismos fiscais e creditícios; indução à migração visando ao povoamento e à formação da mão de obra).

Em obras mais recentes (BECKER, 1997; BECKER, 2001; BECKER, 2004), essa estudiosa do espaço amazônico buscou acrescentar àquela concepção as novas diretrizes atribuídas às políticas territoriais pautadas no modelo de desenvolvimento sustentável. O novo ordenamento territorial da região, assegurando uma vertente tecnocológica de desenvolvimento e superando a ideia de Amazônia como simples fronteira de recursos, incorporou também uma malha socioambiental, caracterizada, entre outras coisas, pela presença de Unidades de Conservação (UCs), de Reservas Extrativistas (RESEXs) e por uma política ambiental, com instrumentos que sugerem maior controle na exploração dos recursos.

É nesse sentido que, para Becker (2004), a grande fronteira assumiu não apenas um novo significado, como também uma nova escala. Aponta a transição para o novo padrão de inserção do Brasil no sistema mundial, que inclui, além do vetor técnico-industrial, responsável pela estruturação do espaço regional enquanto “economia de fronteira”, o vetor tecnocológico, que leva em conta o avanço tecnológico e o conhecimento da biodiversidade e dos recursos de maneira geral para a exploração e preservação dos atributos ecológicos do espaço.

A nova forma de considerar a região está presente em discursos de diferentes atores: populações tradicionais, movimentos ambientalistas, grandes empresas. Evidentemente que os interesses e as estratégias revelam retóricas diferenciadas, de acordo com cada um desses atores, a saber: a) o discurso ecologista, mais associado aos movimentos ambientalistas de conservação, b) a geopolítica ecológica, associada principalmente aos empreendimentos que têm o interesse de preservar recursos naturais para uma exploração futura, c) os projetos alternativos de desenvolvimento, mais ligados às demandas de pequenos produtores e de populações tradicionais (BECKER, 1997).

A concepção de fronteira, muito difundida e adotada, ainda assim recebeu críticas pela forma como buscou interpretar a Amazônia, a exemplo daquelas pontuadas por Nogueira (2001), que destacou elementos como: a) a vulgarização e a generalização do termo, que dificulta a compreensão da região e de sua articulação com o território nacional; b) o fato de ser uma noção construída de fora, e que não permite a leitura do espaço pelos atores sociais internos; c) a visão etnocêntrica, que traz embutida a ideia de uma centralidade exterior à região, por meio da qual a fronteira é assumida como periferia; d) o sentido pejorativo dado, em regra geral, por quem está no centro e que acaba sendo transmitido à sua população. Por outro lado, a adjetivação econômica também atribuída à noção de fronteira em um primeiro momento, parecia dar destaque a uma das dimensões da dinâmica regional.

Não se trata, entretanto, em hipótese alguma, de uma noção de pouco potencial explicativo. Além da econômica, as outras dimensões nela se fazem presentes e lançam em seu conjunto luzes para a compreensão de processos que se expressam dentro e fora da escala regional, notadamente aqueles decorrentes da expansão do modo de produção capitalista, como: a) as formas de apropriação e de configuração

do espaço pelo capital, b) o impacto do modo de produção capitalista e suas formas recentes de reprodução nas organizações socioespaciais anteriores, c) as implicações do desenvolvimento desigual e combinado no interior do território nacional, d) o controle geopolítico por parte do Estado, e) a alteridade, os embates e os conflitos sociais intensos.

É dessa forma que a noção de fronteira fornece pistas na obra de Becker, tendo em vista a interpretação do papel das cidades na região, e que desembocou na formulação da noção de fronteira urbana, associada ao de fronteira econômica e tecnocológica.

A Fronteira Urbana como uma das Expressões da Fronteira do Capital

Para Becker (1990a), a expansão da fronteira econômica, que se deu inicialmente, passou a ocorrer em um contexto urbano. O fluxo migratório não possuía um destino predominantemente rural. O urbano, como conteúdo socioespacial, tornou-se uma estratégia de ocupação do território sob uma nova lógica de reprodução econômica e social, resultando em uma complexa e dinâmica organização espacial.

O intenso processo de urbanização a partir da segunda metade do século XX foi destacado pela autora considerando também a intensa mobilidade da força de trabalho, ambos explicados pela expropriação e dificuldade de acesso à terra, mas também pela migração, tida como condição de povoamento e de formação da força de trabalho para as novas relações que se desenhavam em nível regional (BECKER, 1990a).

A precariedade dessa mesma força de trabalho – temporária, móvel e polivalente/versátil – também mereceu sua atenção, justificando uma forma de exploração que não pressupunha necessariamente a proletarianização automática, a exemplo de outros processos clássicos em que a expropriação e a expulsão do campo levavam linearmente à definição de um proletariado urbano vinculado às atividades das cidades (BECKER, 1990a).

Assim, o sentido do urbano na fronteira é bem definido por Becker (1990b) e não se limitava à simples urbanização da população, que a autora também constatou por meio do crescimento populacional de vilas e cidades da região e pela expansão e proliferação de aglomerados urbanos, principalmente por meio de estudos inicialmente referenciados na porção oriental e meridional da Amazônia. Para além disso, o urbano em Becker apresentava-se como base logística para a mão de obra móvel e polivalente e para as políticas urbanas, sobretudo definidas no nível federal, e que estabeleciam condições para a circulação intrarregional e para a ressocialização do migrante no espaço de destino.

Dessa forma, a mobilidade da força de trabalho passou a ser elemento explicativo para o sentido da fronteira urbana – um espaço de crescimento populacional urbano, de expressiva expansão de dimensões físicas das cidades, de proliferação de novos núcleos urbanos, mas igualmente da expansão de valores urbanos e de formas novas e renovadas de reprodução do capital e de controle social (Quadro 1) – e da própria condição de existência da fronteira de recursos e tecnocológica.

Quadro 1 – Papel dos núcleos urbanos na fronteira

| PAPEL | EXPRESSÕES |
|--|--|
| Atração de fluxos migratórios | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Zona Franca de Manaus: incentivos fiscais; ▪ “urbanismo rural” do Estado: agrovilas, agrópolis, rurópolis; ▪ Polamazônia: desenvolvimento urbano de polos selecionados; ▪ criação de núcleos planejados e investimentos em infraestrutura urbana. |
| Base de organização do mercado de trabalho | <ul style="list-style-type: none"> ▪ pontos de concentração e redistribuição da força de trabalho; ▪ residência e mercado de trabalho alternativo; ▪ espaço de concentração de comércio e serviços. |
| Lócus da ação política e ideológica com vistas ao controle social | <ul style="list-style-type: none"> ▪ sede do poder político e de outros aparelhos ideológicos; ▪ local de preparação da população para seu papel na sociedade (incorporação de valores necessários à reprodução social); ▪ lugar de ressocialização do migrante; ▪ espaço regulador das tensões advindas do campo. |

Fonte: Becker (1990a). Organização: Saint-Clair Trindade Jr.

Para o capital, o espaço urbano significou uma base referencial por meio da qual se recrutava, distribuía-se e estabelecia-se um uso mais racional da mão de obra, minimizando também o tempo, dada a sua versatilidade e polivalência, de formação do trabalhador e elevando as necessidades de consumo. Se essas vantagens favoreciam o processo de reprodução capitalista em curso, para os trabalhadores sugeria: maior instabilidade e exploração, dificuldades de organização sindical e política e uma estratégia de sobrevivência da própria família camponesa (BECKER, 1990a).

Embora a urbanização hoje não seja a mesma daquela que se apresentou nos primeiros momentos de definição desse processo, ela não deixou de ser importante no momento em que a fronteira tecnocológica ganha expressão. Para Becker (2004), hoje as cidades: a) representam cerca de doze milhões de consumidores; b) são sedes de instituições políticas públicas e privadas; c) oferecem alternativa de emprego e renda, barrando a migração para a floresta; d) são base em potencial para beneficiamento local de produtos da floresta; e) são centros de distribuição de serviços para as populações das UCs e Terras indígenas; f) são, em potencial, centros dos assentamentos da reforma agrária nas áreas a serem recuperadas; g) possuem papel logístico na conexão de diferentes modais de transporte e redes de comunicação; h) assumem a condição de *relays* da unidade regional.

O entendimento desse processo de urbanização e do papel das cidades para pensar a Amazônia não pressupunha, todavia, a compreensão de uma Amazônia homogênea e de um processo generalizado e sem diferenciação do fenômeno urbano. Isso pode ser constatado quando reconhece pelo menos três grandes manifestações e adensamentos desse processo, a saber: áreas de urbanização elevada e com dife-

renciação interna (Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Pará); áreas com urbanização elevada e pequena diferenciação interna (Acre e Amapá); áreas de baixa urbanização, com diferenciação interna (Maranhão, Amazonas e parte do Pará) (BECKER, 2001; BECKER, 2004).

Essa diferenciação da urbanização revelava, igualmente, um movimento de regionalização interna apresentado com o reconhecimento de várias “amazônias” dentro de um mesmo espaço regional (BECKER, 1990d). Inicialmente, foi proposta a existência de duas sub-regiões – a Amazônia oriental e a Amazônia meridional –, subentendendo-se a existência de uma terceira (a Amazônia ocidental), mas que, em um primeiro momento, não fora caracterizada explicitamente.

Somente nas obras da década de 2000 (BECKER, 2001; BECKER, 2004) a autora passou a regionalizar o espaço amazônico de forma mais complexa, reconhecendo três macro unidades sub-regionais, com várias subdivisões: a) a macrorregião de povoamento consolidado, subdividida em arco da embocadura, os núcleos de modernização do Leste e Sudeste do Pará, o corredor do Araguaia-Tocantins, as áreas intensivas em tecnologia agroindustrial e as áreas de agropecuária tradicional e de sistemas agrofloreatais; b) a Amazônia central, subdividida em fronteira de preservação, vale do Amazonas, zona de produção familiar da Transamazônica e frentes de expansão (cunha do Tapajós ou Cuiabá-Santarém, Terra do Meio e Corredor do Madeira); e c) Amazônia ocidental, subdividida em fronteira de integração continental, alto Rio Negro, várzeas do Solimões, zona de Florestania, Manaus e seu entorno (Quadro 2).

A expressão dessa diferenciação interna já podia ser igualmente constatada nos diversos perfis de cidades e de conteúdos urbanos apresentados desde o fim da década de 1980 e início da década de 1990, conforme se verifica na tipologia dos padrões de urbanização (BECKER, 1990c). Esses padrões, com suas respectivas sub-regiões de maior ocorrência (Quadro 3), já anunciavam, na percepção da autora, uma Amazônia nada homogênea e bastante diversa do ponto de vista do fenômeno urbano.

O aprofundamento desses padrões de urbanização não se deu de forma igual na obra da autora. Em verdade, ela dedicou a maior parte de sua atenção às novas cidades e aos impactos das frentes de modernização do território nas cidades da Amazônia oriental e meridional, mas, sem dúvida, inspirou vários trabalhos sobre a cidade e o urbano em toda a região.

Quadro 2 – Macrorregiões da Amazônia segundo a configuração da fronteira tecnoecológica

| MACRORREGIÕES | PARTICULARIDADES |
|---|---|
| Macrorregião de povoamento consolidado (Amazônia Oriental) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ arco de povoamento consolidado que se estende do sul ao leste da hileia sem mais o perfil de fronteira econômica e com grande acessibilidade por meio de redes técnicas; ▪ abarca grandes extensões de cerrado do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e áreas desmatadas do sudeste do Pará, de Rondônia e sul do Acre; ▪ forte comando da urbanização, à exceção de áreas de forte presença da pequena produção do Pará e Maranhão; ▪ mais altas taxas de renda per capita e IDH da região; ▪ coincide com o “Arco do Fogo” ou “do Desmatamento” ou das “Terras Degradadas”; ▪ representa o cerne da economia regional, integrado ao tecido produtivo nacional e onde a produção predomina sobre a conservação. |
| Amazônia Central | <ul style="list-style-type: none"> ▪ estende-se do norte do Pará à rodovia Porto Velho-Manaus-Venezuela; ▪ área a ser cortada pelo maior número de Eixos Nacionais de Desenvolvimento (ENIDs); ▪ sujeita à expansão da agricultura capitalizada, como no caso da soja (Santarém, vale do Madeira, rio Juma etc); ▪ possui grande vulnerabilidade, com presença de grande proporção de terras indígenas e unidades de conservação; ▪ passível de políticas conservacionistas e de zoneamento para compensação de impactos e de demarcação de espaços de usos diferenciados, mas também de estímulo à produção de mercado e de dotação de equipamentos urbanos e vicinais. |
| Amazônia Ocidental | <ul style="list-style-type: none"> ▪ corresponde aos Estados do Amazonas, Roraima e maior parte do Acre, com baixos índices de renda per capita e de desenvolvimento humano; ▪ fortemente marcada pelo ritmo da natureza e pela presença de recursos naturais relativamente ainda pouco explorados, sugerindo potencialidade para políticas de desenvolvimento sustentável; ▪ concentração econômica em Manaus, produção de Urucu e expansão de frentes de grandes produtores de soja no sul do Amazonas e de pecuaristas em direção a Boca do Acre. ▪ peso do narcotráfico e de agentes externos de um lado, e de índios, caboclos e militares de outro; ▪ vulnerabilidade das fronteiras e relativa ausência de Unidades de Conservação e de terras indígenas na sua parte central; ▪ passível de políticas de ordenamento territorial baseadas na circulação fluvial modernizada, no oferecimento de produtos para o mercado pautados na biotecnologia e na certificação ambiental (pesca, madeira, óleos e essências) e no fortalecimento da defesa das fronteiras visando à expansão orientada e à vigilância. |

Fonte: Becker (2004). Organização: Saint-Clair Trindade Jr.

Quadro 3 – A fronteira urbana e os padrões de urbanização na Amazônia

| TIPOS | AGENTES | CARACTERÍSTICAS | SUB-REGIÃO |
|---|---|--|---------------------------------|
| Urbanização espontânea | grupos e agentes econômicos individuais, migrantes. | acompanha as frentes econômicas, mobilizando uma grande quantidade de mão de obra móvel e polivalente, responsável pelo surgimento e/ou crescimento de núcleos urbanos. | Amazônia oriental e meridional. |
| Urbanização dirigida pela colonização oficial | colonos, funcionários, comerciantes, extrativistas, nativos, burocratas, fazendeiros, migrantes diversos. | modelo de urbanismo rural do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que articula um sistema de núcleos urbanos configurados em localidades centrais hierarquizadas, por meio de novas estruturas urbanas e aproveitando a estrutura urbana pré-existente para a configuração de um sistema de cidades. | Amazônia oriental. |
| Urbanização dirigida pela colonização particular | colonos, funcionários, comerciantes, investidores. | comandada por relações econômicas baseadas em trabalho familiar e cuja configuração territorial assemelha-se ao urbanismo rural do INCRA. | Amazônia meridional. |
| Urbanização dos grandes projetos | empresa, Estado, pessoal técnico permanente, trabalhadores temporários, trabalhadores terceirizados, população local e migrantes. | ligada a projetos de grande escala, cuja dependência de uma base urbana para a sua instalação e funcionamento configura a logística de cidades-empresa, definidas como verdadeiros enclaves urbanos na rede de cidades da Amazônia. | Amazônia oriental. |
| Urbanização tradicional | oligarquia local, população local. | relacionada à pouca repercussão da expansão das frentes econômicas, tratam-se de cidades que apresentam uma configuração com pouca alteração do padrão tradicional à beira do rio e com forte ligação a um centro regional que não prescinde do padrão dentrítico. | Amazônia ocidental e central. |

Fonte: Becker (1990c). Organização: Saint-Clair Trindade Jr.

Legado e Desdobramentos de uma Teoria Urbana sobre a Amazônia

O legado de Becker é aqui considerado não apenas no sentido de identificar diversas formas de cidades e de múltiplos tipos de urbanização na Amazônia, mas também por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações definidas por contatos e resistências em face de movimentos de diferentes naturezas que chegam à região. É a teoria da fronteira urbana que nos sugere hoje pensar também nessa Amazônia complexa e diversa.

De início, cabe-nos reconhecer, inspirados na regionalização de Becker (2001), pelo menos três metrópoles regionais, a saber: Belém, Manaus e São Luís. Essas metrópoles podem ser facilmente identificadas levando-se em conta a regionalização proposta por Becker a respeito das macrorregiões (Quadro 4).

O interessante, ao propor essa diferenciação das metrópoles, é o fato de associá-las à diferenciação interna da Amazônia que se fez perceber desde a década de 1980. Cada macrorregião foi configurada em relação a um centro urbano de maior peso na rede urbana regional, tornando-se essas metrópoles regionais não apenas resultados dos processos que aconteceram em seu entorno e em suas áreas de influência, mas, igualmente, condições e meios para a existência e permanência das unidades sub-regionais.

Ainda que o fenômeno metropolitano confira similaridades entre elas, chama a atenção a diversidade de formação e sua estrutura, além da maneira como interagem com o entorno; fato este que lhes confere particularidades, ainda que situadas dentro de uma grande região.

O espaço metropolitano de São Luís se mostra ainda em formação e dinamizado por processos recentes, que marcam o dinamismo atual da Amazônia oriental, com destaque para o entorno da Estrada de Ferro de Carajás. Com sete municípios oficialmente reconhecidos na região metropolitana (São Luís, Alcântara, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar, Bacabeiras e Rosário), apresenta uma metropolização menos consolidada, marcada por relativa continuidade do tecido urbano, bem diferente do que se verifica em Belém – também com sete municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Castanhal) inclusos na Região Metropolitana de Belém (RMB) –, mas que já se mostra bem mais estruturada.

Além da conurbação entre os quatro primeiros municípios anteriormente identificados, esse aglomerado metropolitano mais antigo do espaço amazônico parece assumir um padrão mais contemporâneo de dispersão e de descontinuidade do tecido metropolitano, cuja unidade é dada menos pela contiguidade da forma espacial que pela articulação de fluxos intensos, decorrente do dinamismo verificado na Amazônia centro-oriental. Isso é constatado não apenas em relação aos três últimos municípios mencionados, como também em relação a Barcarena – onde se situa o novo porto de Belém, o de Vila do Conde –, que mesmo não sendo parte oficial da RMB, forma verdadeiramente uma unidade socioespacial.

Quadro 4 – Aglomerações metropolitanas na Amazônia: elementos caracterizadores

| ELEMENTOS/ METRÓPOLES | BELÉM | MANAUS | SÃO LUÍS |
|--|---|--|--|
| Sub-região | Amazônia Central | Amazônia Ocidental | Amazônia Oriental |
| Indutores | modernização do terciário e desestruturação de estruturas agrárias e de sua hinterlândia | economia de aglomeração modernizadora da Zona Franca de Manaus | diversas frentes econômicas regionais e modernização econômica produtiva |
| Conexões globais | grande projeto econômico, sistema portuário exportador moderno | indústria de montagem, turismo globalizado | grande projeto econômico, sistema portuário exportador, turismo |
| Modais de articulação | rio - rodovia - aerovia | rio – aerovia | rodovia – ferrovia - aerovia |
| Relação metrópole-região | a região cresce mais que a metrópole – tendência à desmetropolização | a metrópole cresce mais que a região – metrópole macrocefálica | equivalência entre dinâmica metropolitana e regional – metropolização / desmetropolização |
| Estrutura interna | dispersa, descontínua e presença de cidades satélites conturbadas ou não | concentrada, contínua, tendência a conurbação (Manaus/ Iranduba) | dispersa, tendência à continuidade e à conurbação com cidades satélites |
| Padrão de segregação | centralidade de classes de alto poder aquisitivo, crescente suburbanização da pobreza, tímida definição de setores seletivos aprazíveis | centralidade de classes de alto poder aquisitivo, suburbanização da pobreza, definição de setores seletivos aprazíveis | centralidade de classes de alto poder aquisitivo, suburbanização da pobreza, definição de setores seletivos aprazíveis |
| Tecido urbano | malha urbana de dupla configuração (conurbada e descontínua), unificada por fluxos regulares | malha urbana única não conurbada, com recente tendência de conurbação | malha urbana em processo de conurbação, com tendência à continuidade do tecido |
| Região Metropolitana | mais antiga (década de 1970) | mais recente (década de 2000) | mais recente (década de 2000) |
| Recorte institucional metropolitano | menor que o aglomerado metropolitano de fato | maior que o aglomerado metropolitano de fato | relativa equivalência com o aglomerado metropolitano de fato |
| Planejamento territorial | limitado às circunscrições municipais, pouca permeabilidade intermunicipal | limitado à circunscrição municipal, com alcance metropolitano | limitado às circunscrições municipais, pouca permeabilidade intermunicipal |

Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Mais diferente ainda é o espaço metropolitano de Manaus. Fruto de uma urbanização concentrada, que ratifica a importância da Zona Franca e o papel macrocefálico de Manaus em face da Amazônia ocidental, até o momento expressa uma forma metropolitana destacadamente circunscrita ao Município de Manaus, ainda que oficialmente tenha uma região metropolitana formada por oito municípios – Manaus, Iranduba, Careiro da Várzea, Manacapuru, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo e Itacoatiara – e a inauguração da ponte sobre o Rio Negro sinalize para os próximos anos uma expansão da malha metropolitana para Iranduba e mesmo para Manacapuru (SOUSA, 2013).

Também os estudos de Becker inspiram a pensar as cidades que apresentaram, a partir da segunda metade do século XX, destaque na rede urbana regional por causa da grande centralidade que as alçou à condição de centros urbanos de influência sub-regional, hoje facilmente identificadas não apenas como de porte médio (com população acima de 100.000 habitantes), mas verdadeiramente como cidades médias³, dada a importância econômica e política que assumem no contexto regional. Nesse perfil de cidade, pelo menos três tipos são facilmente reconhecidos (Quadro 5).

Quadro 5 – Cidades médias na Amazônia: elementos caracterizadores

| ELEMENTOS/ TIPOS | RURÓPOLIS | CIDADES DE TRADIÇÃO RIBEIRINHA | CAPITAIS ESTADUAIS |
|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|--|
| Condicionantes | circulação rodoviária | circulação fluvial | papel burocrático - administrativo |
| Economia | forte peso agrícola | peso agrícola e extrativista | diversa, com importância aos serviços e comércio |
| Investimentos principais | governamentais e privados | governamentais e privados | governamentais |
| Importância | novos fóruns de decisão política | novos fóruns de decisão política | sedes governamentais |
| Exemplo | Marabá (PA) | Santarém (PA) | Boa Vista (RR) |

Elaboração: Saint-Clair Trindade JR.

Não foi exatamente a densidade dos fixos que conferiu importância a essas cidades nos últimos anos. Falamos aqui de centralidade associando à importância dos fluxos (SPOSITO, 2001a), que muitas vezes se intensificam em decorrência de uns poucos fixos disponíveis. A centralidade é assim definida pela convergência de fluxos e pelo caráter centrípeto por eles exercidos em direção a um determinado ponto da rede urbana, nó da circulação de bens, pessoas e capitais, por causa de uma dada disponibilidade de infraestrutura e uma relativa densidade técnica de atividades econômicas, sociais e políticas que se concentram nesse ponto (TRINDADE JR. e RIBEIRO, 2008).

Referimo-nos aqui à construção de uma malha técnica, discutida por Becker (1997), que, em muitos casos, reforçou alguns laços já existentes e potencializou outros por meio de conexões rodoviárias e aeroviárias, a exemplo de Santarém, de forte tradição ribeirinha; ou que reduziu ao mínimo a experiência do rio, redirecionando a cidade para outras formas de articulação (rodoviárias, aéreas, ferroviárias), definindo-a como centro de

apoio à produção agrária e extrativo-industrial, como no caso de Marabá; ou ainda, pela centralidade outrora reafirmada pelo papel político de cidades-capitais, inicialmente de territórios federais e, depois, de novos estados da federação, como no caso de Boa Vista.

As contribuições de Becker (1990c) permitem-nos também pensar a diversidade das pequenas cidades da região. De imediato, três perfis principais podem ser reconhecidos: as cidades-empresa, as cidades rodoviárias e as cidades tradicionais.

Situadas principalmente na Amazônia centro-oriental e bases logísticas dos grandes projetos, as cidades-empresa, chamadas por Becker (1990a) de “*company towns*”, foram implantadas como “franjas urbanas avançadas” no interior da região, via de regra distantes das maiores cidades até então existentes. Em relação a essas cidades, três subtipos podem ser identificados (Quadro 6):

Quadro 6 – *Company towns* na Amazônia: tipos segundo a relação com o entorno

| TIPOS | PARTICULARIDADES | EXEMPLO |
|----------------------------|---|---|
| Cidades Fechadas | interdição, controle, vigilância, espaços residenciais voltados para atender à demanda das empresas. | Carajás – Projeto Carajás (Município de Parauapebas – PA). |
| Cidades Semiabertas | menor controle, oferta de serviços, menos vigilância, oferta regular de alguns serviços para o entorno. | Vila Permanente de Tucuruí – Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Município de Tucuruí – PA). |
| Cidades Abertas | maior interação, sem guarita, aparentemente sem controle e interdição. | Vila dos Cabanos – Complexo Albras-Alunorte (Município de Barcarena – PA) |

Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Esses três subtipos – fechadas, semiabertas, abertas – têm suas particularidades definidas em razão do controle exercido pelos empreendimentos nos quais as cidades se encontram inseridas, com maior ou menor possibilidade/facilidade de adquirir um lote ou uma unidade construída para fins de assentamento permanente (residenciais, comerciais etc.) por pessoas outras que não os funcionários das empresas; disponibilidade de oferta de atividades e serviços para as populações do entorno; assim como em relação à maior ou menor dificuldade para acessar o núcleo urbano, ali permanecer e/ou utilizar temporaria ou permanentemente a infraestrutura existente.

As cidades e os projetos aos quais se vinculam acabam por exercer também grande pressão sobre a floresta, uma vez que a lógica de implantação que as preside está associada à exploração de recursos ligados aos circuitos globais, como a exploração de ferro, de bauxita e da água para a produção de energia elétrica. Implicam, também, em distanciamento dos novos comportamentos difundidos em relação aos saberes e valores da floresta, responsáveis, em grande parte, pela atitude de preservação da vida e do ecossistema ali presentes. Essa mesma forma de articular o local com o global, negando aquele primeiro e seus conteúdos mais enraizados, é responsável, igualmente, por caracterizar esses núcleos urbanos como cidades pequenas, mas não necessariamente como cidades locais, dada a pouca interação e respostas às necessidades e demandas do entorno. É nesse sentido que a noção de “floresta urbanizada” é aqui validada para se referir à difusão de valores urbanos no interior da região e a partir dessas cidades.

Outro tipo de cidades pequenas que se diferenciam no conjunto regional amazônico são as cidades rodoviárias, associadas normalmente à presença de modernas atividades econômicas e locus de atividades urbanas diversas ligadas ao apoio de frentes de expansão. São assim definidas por causa da grande influência da dinâmica das rodovias, da lógica intencional do Estado (MACHADO, 1999) e à existência de uma mão de obra de forte mobilidade atraída para a região amazônica (BECKER, 1990a).

A presença de novos agentes econômicos e políticos chegados com as frentes migratórias passaram a definir não apenas o controle da vida econômica local, pondo em xeque o poder das antigas oligarquias existentes, como também confere um novo perfil à vida política do lugar, com redefinições de antigas territorialidades e o estabelecimento de novos controles do espaço local e sub-regional. Essas mesmas redefinições induzem a fragmentação do território, responsável, a partir do surgimento de núcleos urbanos ou do crescimento e expansão de antigos povoados, pela formação de uma nova malha municipal, cuja força política principal em nível local passou a ser formada por esses agentes recém-chegados. Neste caso, pelo menos três tipos de cidades rodoviárias podem ser reconhecidas (Quadro 7).

Quadro 7 - Cidades rodoviárias na Amazônia: tipos e particularidades

| CIDADES | SUB-REGIÃO | INICIATIVA | AGENTES | ORIGEM CULTURAL |
|-------------------------------|--------------------------|-------------------------------|--|------------------------------------|
| Colonização Oficial | Amazônia oriental | ação direta do Estado (INCRA) | colonos, funcionários, comerciante, extrativistas, nativos, burocratas, fazendeiros, migrantes diversos. | Nordeste brasileiro principalmente |
| Colonização Particular | Amazônia meridional | companhias colonizadoras | colonos, funcionários, comerciantes, investidores. | Centro-Sul principalmente |
| Espontâneas | Amazônia centro-oriental | ação indireta do Estado | grupos econômicos, agentes individuais. | diversa |

Fonte: Parcialmente inspirado em Becker (1990c). Organização: Saint-Clair Trindade Jr.

As cidades da colonização oficial mais presentes na Amazônia oriental, foram originadas em decorrência da ação direta do Estado, por meio do INCRA, que definiu uma espécie de urbanismo rural, concebendo uma hierarquia de cidades – agrovilas, agrópolis e rurópolis – voltadas para a colonização agrária às margens das rodovias. Para essas cidades foi estimulada a vinda de pequenos produtores migrantes, especialmente nordestinos, aos quais se somaram outros agentes, como funcionários públicos, comerciantes, extrativistas, nativos, burocratas e fazendeiros (BECKER, 1990c).

Com especial presença na Amazônia meridional, as cidades da colonização particular surgiram e cresceram a partir da iniciativa de companhias colonizadoras privadas e com uma concepção de urbanismo rural não muito distante da proposta oficial

do Estado. A dinâmica dessas cidades, entretanto, é dada por colonos, normalmente com mais experiência no trato com a terra, funcionários das empresas, comerciantes, investidores etc.; agentes esses, em grande parte, originários do Centro-Sul do país (BECKER, 1990c).

Acompanhando esse processo de surgimento de cidades de forma mais induzida, pulverizaram-se por toda a Amazônia centro-oriental cidades que surgiram e cresceram de maneira mais espontânea, sempre seguindo a expansão de frentes econômicas, orientadas pela presença indireta do Estado, seja por meio de políticas de créditos e incentivos fiscais, seja pelas diferentes formas de atração de migrantes. De origem cultural diversa, a população dessas cidades é composta por diferentes agentes dispostos a vender sua força de trabalho ou a investir nas novas atividades que surgiram, assim como por grupos econômicos e investidores de diversas naturezas (BECKER, 1990c).

Responsáveis por difundir novas atividades e formas de exploração econômica, a dinâmica das cidades das rodovias estabelece uma relação nem sempre muito orgânica com o ambiente do entorno, e que, de certa forma, tende a negar o ecossistema florestal. Normalmente, os agentes aí presentes desenvolvem atividades associadas à exploração da madeira, à agricultura moderna e à pecuária, contribuindo para definir uma forte pressão sobre a floresta e seus recursos; prova disso é que um número relativamente significativo desse tipo de pequenos núcleos urbanos faz parte daquilo que se convencionou chamar de arco do desmatamento.

Da mesma forma, a cultura da rodovia implica difusão de outros valores pouco associados à importância do rio e da floresta vistos na sua multidimensionalidade. Por essa razão, não raro, essas cidades sofrem sérios problemas ambientais, causados pelas atividades do entorno, como a derrubada/queima da mata para o aproveitamento da madeira, a formação de pastos e a difusão da agricultura mais moderna. Sempre voltada para uma nova forma de reprodução econômica articulada a outros mercados, que não necessariamente os locais, a floresta, metaforicamente falando, parece também se urbanizar.

Em outro polo, as cidades situadas em regiões pouco ou apenas indiretamente impactadas pelas frentes econômicas tendem a estabelecer outras relações com o ambiente da floresta. São cidades tidas como tradicionais e consideradas pioneiras no processo de organização do território, posto que muitas remontam aos primeiros momentos da colonização portuguesa. Tais núcleos urbanos são dinamizados por atividades econômicas tradicionais, praticadas principalmente em seu entorno, mas que, internamente, imprimem-lhes dinâmismos e particularidades, tal a relação entre as dimensões do rural e do urbano nelas existentes.

Embora não apresentem um perfil homogêneo (Quadro 8), esses pequenos núcleos, diferentemente daqueles outros até aqui discutidos, não têm a figura do migrante como elemento marcante da dinâmica urbana. A população que neles se faz presente é, em grande parte, de origem local, o que sugere, igualmente, forte enraizamento cultural e poucas propostas de fragmentação da malha municipal do entorno, dada a coesão territorial e política que não foi abalada pela chegada de agentes provindos de outras regiões. Ademais, são cidades onde ainda é forte a influência das oligarquias locais, com tradição e relativa força econômica e/ou simbólica.

Quadro 8 – Cidades tradicionais na Amazônia: tipos e particularidades

| CIDADES | PADRÃO DE OCUPAÇÃO | POPULAÇÃO | VÍNCULOS CULTURAIS |
|--|---|---|---------------------------------|
| Cidades Ribeirinhas | várzea-igapó/rio/floresta | nativa | fortes enraizamentos |
| Cidades de Colonização Agrária Antiga | terra firme/ferrovia-rodovia/colônia agrícola | nativa, migrantes não recentes e descendentes | mesclagem cultural mais antiga |
| Cidades Hídricas | padrão multiforme | predomínio da população nativa | mesclagem cultural mais recente |

Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Diferentemente de núcleos que reduziram sua relação com o rio a uma ou outra de suas dimensões, as cidades propriamente ribeirinhas são as mais representativas das cidades tradicionais, dadas as intensas relações com o rio; este que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, via de circulação, espaço de uso doméstico e de prática de atividades lúdicas, e, ainda, elemento de lazer e de contemplação.

Além das ribeirinhas, há aquelas que não necessariamente estão ligadas à vida do rio, mas que guardam elementos de tradição em suas formas e em seus conteúdos espaciais com o ambiente do entorno. Referimo-nos às cidades com padrão de organização do espaço associado à colonização agrícola não recente, a exemplo daquelas da Zona Bragantina, no Nordeste Paraense – com estrutura e dinamismo espacial que vinculam a cidade à terra firme, à circulação ferroviária/rodoviária e à produção agrícola. São cidades que atraíram migrantes ainda na primeira metade do século XX e, por essa razão, reforçaram vínculos culturais que mesclam elementos mais locais a outros provindos de suas regiões de origem.

Por toda a região é comum, entretanto, reconhecer a presença de cidades tradicionais inseridas em diferentes processos de transformação, que lhes conferem um caráter híbrido, em que permanências de formas e conteúdos se misturam a elementos de mudanças mais recentes e onde há ainda certo predomínio de populações nativas da região, ainda que a floresta esteja aos poucos se urbanizando.

De qualquer forma, são as cidades ribeirinhas as que mais conservam valores e saberes da floresta e do rio, uma vez que, de todos os tipos mencionados, são as que expressam fortes relações orgânicas com o ambiente do entorno. A grande presença de atividades de agrossubsistências contribui para a pouca pressão sobre os elementos do ecossistema, reforçando-se a maior integração com a sub-região em que se inserem, sendo, *ipso facto*, cidades verdadeiramente locais.

À Guisa de Conclusão: a “Floresta Urbanizada”, um Legado Teórico

Com base no legado de Becker, e considerando a floresta como importante metáfora para sugerir o sentido da Amazônia como região é que se propôs, ainda que de forma preliminar, reconhecer a diversidade urbana na região. Busca-se, com isso, estabelecer um empreendimento na perspectiva de ver as formas e os conteúdos urbanos como produtos, meios e condições de processos socioespaciais em face da diferenciação intrarregional.

Nessa perspectiva, a floresta, e mais precisamente a região, é considerada em suas múltiplas dimensões, dentre elas a ecológica, a econômica, a lúdica, a funcional e, também, a das representações simbólico-culturais, onde se fazem presentes valores e saberes que a tornam parte da vida urbana que a ela se vinculam. É esse pressuposto que possibilita discutir o perfil das cidades, inseridas de maneira diferenciada no contexto regional.

Dessa forma, os diferentes tipos de cidades que aqui foram particularizados, inspirados em Becker, assumem configurações espaciais decorrentes de processos por meio dos quais a floresta e seus recursos (materiais e simbólicos) adquirem significados e importâncias particulares e singulares. Isso ocorre em razão da maior ou menor presença de frentes econômicas e migratórias e de lógicas de circulação e de reestruturações socioespaciais impostas à região amazônica em períodos mais recentes, conforme muito bem discutiu a autora.

A fronteira urbana, portanto, revela a importância e a pluralidade de cidades e de conteúdos urbanos na estruturação do espaço regional e não nos remete necessariamente ao domínio da cidade na paisagem, conforme afirmou Oliveira (2000). E é nesse sentido que a “urbe amazônica” (BECKER, 2013) expressa uma tendência, aquela da expansão e do crescimento das cidades e, principalmente, de uma forma de vida urbana que não se circunscreve ao interior das vilas e das cidades, mas que define relações e formas de reprodução econômica e social no interior da região; processo já nomeado por Lefèbvre (1999) como de difusão da sociedade urbana.

O urbano, assim considerado, é elemento propulsor e condição para a realização de processos e para a configuração de novas formas espaciais na Amazônia, elementos esses que nos fazem entender a validade da metáfora da “floresta urbanizada”, proposta por Becker, e que parece ganhar força, como legado, para a leitura dos novos processos e cenários que se apresentam para a região.

Referências Bibliográficas

BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990a. (Série Princípios).

_____. Significado de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (orgs.) *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990b, p. 115-130.

_____. Fronteira e urbanização repensadas na Amazônia. In: BECKER, B.K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L.O. (orgs.) *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990c, p. 131-144.

_____. Fragmentação do espaço e formação de regiões na fronteira: um poder territorial? In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (orgs.) *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990d, p. 165-178.

_____. Undoing myths: the Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (orgs.) *Brazilian perspectives on sustainable development for the Amazon region*. Paris: UNESCO, v. 15, 1995, p. 53-89.

Trindade Jr., S-C. C.

_____. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (orgs.) *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 421-444.

_____. Revisão das políticas de ocupação amazônica: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, 2001, nº 12, 2001, p.135-159.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. São Paulo: Garamond, 2004.

_____. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

HURTIENNE, T. P. A dinâmica da ocupação da Amazônia: uma análise dos dados populacionais. In: COELHO, M. C. et al. (orgs.) *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup, 2001, p. 216-283.

LEFÈBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos IPPUR*, v. XIII, nº 1, 1999, p.109-138.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, v. 8, nº 1, 1996, p.25-70.

NOGUEIRA, R. J. B. Algumas questões sobre a Amazônia como “fronteira”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 1, v.77, 2001, p. 39-55.

OLIVEIRA, J. A. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

SOUSA, I. S. *A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: UNESP, 2001a, p.235-253.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001b, p.609-643.

TRINDADE JR. S-C; RIBEIRO, R. Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. In: TRINDADE JR., S-C.; CARVALHO, G.; MOURA, A.; NETO, J. G. (Orgs.) *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: ICESA-UFGA, 2009, p.333-359.

Recebido em: 30/11/2013 Aceito em: 15/12/2013

¹ O presente trabalho contou com o apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico, por meio de projetos de pesquisa, “Cidades médias e reordenamento territorial na Amazônia: da centralidade econômica à centralidade política sub-regional” e “Cidades da/na floresta: horizontalidades e verticalidades na produção social do espaço e nas políticas de desenvolvimento urbano e regional na Amazônia”.

² Para a autora, a fronteira econômica caracterizava-se por: a) ser um espaço ainda não plenamente estruturado; b) tornar-se uma região estratégica, de expectativas e alternativas futuras; c) ser apropriada em escala e ritmos crescentes por uma pluralidade de agentes; d) ser território de mobilidade da força de trabalho, com diferenciação do campesinato; e) ser estruturada a partir das cidades e do modo de vida urbano; f) ser diferenciada internamente; g) constituir-se espaço de conflitos diversificados; h) apresentar dificuldades para a mobilização política da força de trabalho móvel e polivalente (BECKER, 1990a).

³ Cidades que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores e articular relações de toda ordem. Funcionam, assim, como anteparos e suportes às metrópoles regionais, não compondo junto com estas uma unidade funcional contínua e/ou contígua (SPOSITO, 2001b).

